

ESTADOS E REGIMES DE GOVERNO EM MAQUIAVEL, HOBBS E WEBER: UMA ANÁLISE TEÓRICA

STATES, REGIMES AND GOVERNMENT IN MACHIAVELLI, HOBBS AND WEBER: A THEORETICAL ANALYSIS

*Renato Campos Oliveira*¹

*João Alfredo Costa de Campos Melo Júnior*²

*Marilene de Souza Campos*³

Resumo:

O presente artigo tem com objetivo de apresentar as concepções teóricas de Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes e Max Weber quanto a temas vinculados à natureza do poder político, o papel do povo na política, a melhor forma de governo, dentre outros, com foco aos assuntos relacionados à criação e manutenção do Estado e às formas de regimes de governo. A escolha pelos três citados se dá pela relevância das discussões levantadas e contribuições científicas propiciadas, além disso, os autores viveram e presenciaram transições de séculos e, também, são de nacionalidades diferentes, gerando, portanto, um parâmetro diferente entre eles, seja ele histórico ou sociopolítico. Foi feita uma revisão e análise de textos científicos retirados de livros e trabalhos como artigos publicados em periódicos nos últimos cinco anos nas plataformas de pesquisa disponíveis por meios eletrônicos de acesso. Por fim, procurou-se estabelecer os paralelos e distinções entre os três acerca dos assuntos tratados.

Palavras-chave: Nicolau Maquiavel; Thomas Hobbes; Max Weber; Estado; Regime de governo.

Abstract:

This article aiming to present the theoretical conceptions of Nicolau Machiavelli, Thomas Hobbes and Max Weber regarding themes linked to the nature of political power, the role of the people in politics, the best form of government, among others, focusing on issues related to creation and maintenance of the State and forms of government regimes. The choice for the three mentioned is due to the relevance of the discussions raised and scientific contributions provided, in addition, the authors have lived and witnessed transitions of centuries and are also of different nationalities, therefore generating a different parameter between them, be it historical or sociopolitical. A review and analysis of scientific texts taken from books and works such as articles published in journals in the last five years was carried out on research platforms available through electronic means of access. Finally, we sought to establish parallels and distinctions between the three regarding the subjects discussed.

Keywords: Niccolò Machiavelli; Thomas Hobbes; Max Weber; State; Government regime.

¹ Mestrando do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), Universidade Federal de Viçosa, Campus Rio Paranaíba/MG. E-mail: renato.campos@ufv.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5179391737221764>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1443-5652>

² Professor do Instituto de Humanas da Universidade Federal de Viçosa, Campus Rio Paranaíba/MG. E-mail: joao.melo@ufv.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0629454650685817>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9671-1066>

³ Professora do Instituto de Humanas da Universidade Federal de Viçosa, Campus Rio Paranaíba/MG. E-mail: marilenecampos@ufv.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2307841968343242>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3896-4222>

Introdução

A sempre vertiginosa busca por avanços de conceitos e termos científicos na área de ciências sociais e a incansável mutação das relações humanas têm impulsionado a busca de contextualização de questões em diversas áreas do conhecimento. Isso ocorre porque a realidade social é complexa e mutável, e os conceitos e termos científicos precisam ser constantemente atualizados para refletir essa realidade. Além disso, as relações humanas estão em constante mudança, e os conceitos e termos científicos precisam ser capazes de explicar essas mudanças.

O presente artigo busca apresentar uma contribuição para a compreensão e o aprofundamento do campo de estudo em questão. Este trabalho tem como objetivo principal analisar as concepções e nuances relacionadas ao termo de Estado e também os regimes de governo, presentes nas obras e pensamentos de três grandes pensadores políticos da história, que são: Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes e Max Weber, e assim procurar estabelecer uma contribuição científica para a comunidade acadêmica e para a sociedade como um todo.

A escolha pelos pensadores citados acima se reflete na importância de cada autor sobre o tema a ser tratado, bem como num recorte histórico em que cada um deles produziu seus conhecimentos, sendo que o primeiro nesta linha histórica estabelecida aqui, Maquiavel, viveu entre o final do século XV e início do XVI, já o segundo citado, Hobbes, viveu entre o final do século XVI e início do XVII e, por fim, temos Weber, que passou pelo final do século XIX e início do XX. Todos estabeleceram, portanto, viradas de séculos que, por mais que suas contribuições tenham vindo no início de séculos, vivenciaram esse tipo de transição em suas histórias.

Vamos assim, através de uma análise comparativa entre os três pensadores e algumas de suas respectivas obras, como o livros "*O Príncipe*" de Maquiavel, "*Leviatã*" de Hobbes e "*Economia e Sociedade*" de Weber, também tendo como influência suas realidades históricas, tentar e buscar compreender as possíveis semelhanças e prováveis diferenças entre os pensamentos vinculados a esses autores em relação à criação do Estado e, no que couber, de regimes de governos, bem como suas vastas contribuições para o pensamento político moderno acerca dos temas.

Fazendo uso de uma revisão literária, análise e aplicação de metodologia adequada, este artigo busca investigar semelhanças e diferenças entre os pensadores Maquiavel, Hobbes e Weber a respeito de Estado e regimes de governo.

As informações e conclusões aqui apresentadas são fundamentadas em dados obtidos de livros dos próprios autores objetos deste estudo, como *O Príncipe*, *Leviatã* e *Economia e Sociedade*, bem como *Os Tipos de Dominação*, de Max Webber, e *O Estado e dominação nos pressupostos de Marx, Weber e Durkheim*, de Silvia Jurema Leone Quaresma, artigos de periódicos, dentre eles, "*Os Contratualistas e a formação do Estado moderno*", publicado na *Revista Vertentes do Direito* no ano de 2021, e uma publicação mais recente intitulada *O Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR) no contexto da racionalidade do Estado Moderno: diálogos entre as teorias de Max Weber e de Bresser-Pereira*, publicada na *Revista Exitus* em 2022, buscando assim trabalhos relevantes dos autores cernes deste trabalho, bem como publicações recentemente publicadas em periódicos para a compreensão e o avanço do conhecimento nesta área.

Primeiramente, será apresentada uma revisão da literatura atualizada sobre o tema em questão, explorando as principais teorias, conceitos e estudos prévios relevantes vinculados aos três autores. Em seguida, será discutida a metodologia utilizada neste estudo, destacando as etapas de coleta de dados, análise e interpretação dos resultados. Posteriormente, os resultados serão apresentados e analisados em profundidade, com base nos objetivos propostos. Por fim, serão expostas as conclusões e implicações decorrentes deste estudo, além de possíveis direções para futuras pesquisas na área.

Espera-se que os resultados e as contribuições apresentadas neste artigo possam beneficiar pesquisadores, acadêmicos e profissionais interessados no tema em estudo, procurando proporcionar uma certa base que seja sólida e suficiente para a continuidade dos debates e avanços científicos neste campo de estudo. Além disso, espera-se que esta pesquisa possa estimular novas investigações e o desenvolvimento de toda a cadeia de produção de conhecimento acerca da criação do Estado e de regimes de governo.

Em suma, este trabalho procura oferecer uma visão abrangente e fundamentada sobre o tema do estudo, contribuindo para a ampliação do conhecimento científico e para a compreensão mais profunda dos fenômenos em questão. Através da combinação de revisão bibliográfica, metodologia e análise, este estudo busca enriquecer o campo científico.

O “Estado” para a tríade Maquiavel, Hobbes e Weber

Passado o desenvolvimento preliminar da introdução ao tema e objetos de estudo do trabalho em matéria, neste tópico trataremos da criação e da função do Estado para os três pensadores políticos que este artigo se propõe a analisar, estabelecendo parâmetros gerais de cada um deles e evidenciando os conceitos e definições mais estabelecidos entre os estudiosos desse trio.

Maquiavel e o Estado

Iniciando por aquele que, na linha do tempo da humanidade, veio primeiro e presenciou a virada de século entre o XV e o XVI, Nicolau Maquiavel, que viveu entre os anos de 1469 e 1527, foi um pensador político italiano que presenciou o período do Renascimento, período este que rompeu com aqueles ideais pautados na realidade medieval ao sugerir uma renovação cultural brusca e geral, buscando trocar a moral à luz da religião pela centralidade política necessária para se manter no poder.

A Idade Média foi um período da história da Europa que se estendeu do século V ao século XV, sendo considerado um período de grande mudança e transformação, marcado pela queda do Império Romano, pelo surgimento do feudalismo e pela ascensão da Igreja Católica.

Os ideais da realidade medieval eram fortemente influenciados pela Igreja Católica. A Igreja ensinava que a vida na Terra era uma preparação para a vida eterna no Céu. Outro ideal importante da Idade Média era a hierarquia social. A sociedade medieval era dividida em três estamentos: o clero, a nobreza e o povo. O clero era o estamento mais alto, seguido pela nobreza e pelo povo. Cada estamento tinha seus próprios direitos e deveres.

A Idade Média também foi um período de grande religiosidade. A Igreja Católica tinha uma influência enorme na vida das pessoas, e a religião era uma

parte central da cultura medieval. Os ideais da realidade medieval eram muito diferentes dos ideais da sociedade moderna, no entanto, eles ainda são importantes para se entender a história da Europa e a cultura ocidental.

Neste sentido, todas as características e qualidades do ser humano encontram-se no próprio indivíduo, e diferentemente do que vinha sendo pregado, não mais pela extensão da fé cristã que o indivíduo possui.

Maquiavel nasceu no ano de 1469, na cidade de Florença, na Itália. Vivenciou, portanto, toda a realidade italiana do Renascimento, momento em que a tirania e a governança eram realizadas através de principados localizados por toda a península itálica, governada principalmente de forma bastante despótica por casas sem tradição dinástica e, muito menos, de direitos contestáveis.

[...] situação particular em que se encontra Florença, bem como toda a península itálica, na época, dividida, esfacelada, num mosaico de pequenas civitas: república de Veneza, ducado de Milão, Estados papais, república de Florença, reino de Nápoles, agravada, ainda mais pelas investidas de potências estrangeiras (França e Espanha) que ameaçam seu território (Quintana, 2011, p. 6).

Em sua obra *O Príncipe*, Nicolau Maquiavel propõe uma abordagem realista da política, baseada na realidade concreta e na experiência prática. Essa abordagem contrasta com as teorias normativas e idealizadas que predominavam até então entre os pensadores e filósofos, que tendiam a idealizar a natureza humana e a sociedade.

Maquiavel argumenta que a política é um jogo de interesses e de poder, e que os governantes devem estar preparados para agir de forma realista e pragmática para alcançar seus objetivos.

Ele rejeita a noção de que os governantes devem ser guiados por princípios morais abstratos, e defende que eles devem ser capazes de usar tanto a força quanto a astúcia para manter o poder.

Para Maquiavel, a fortuna, ou o acaso, desempenha um papel importante na política. No entanto, ele acredita que os governantes podem aumentar suas chances de sucesso se forem capazes de se adaptar às circunstâncias e aproveitar as oportunidades que se apresentam.

Segundo o autor, o Estado é e deve ser uma entidade autônoma, cuja principal função é garantir a segurança e a ordem interna do território e daqueles que o habitam, bem como a defesa externa contra ameaças de intrusos. Nessa acepção, o referido autor defende a necessidade de um poder centralizado e forte, capaz de impor toda a sua autoridade e de manter certa estabilidade política e social.

Uma das principais estratégias que Maquiavel propõe para manter a estabilidade política e social de uma sociedade seria o fortalecimento do poder do governante, pois para o autor um governante forte e destemido é essencial para manter a ordem social. Ele deve ser capaz de usar a força, se necessário, para reprimir qualquer ameaça à sua autoridade.

Outra estratégia seria assegurar a lealdade das pessoas comuns, visto que Maquiavel também acreditava que a lealdade das pessoas comuns é essencial para a estabilidade política. Ele propõe que os governantes usem a religião, a educação e a propaganda para criar um senso de identidade nacional e lealdade ao governante.

Além das já citadas, pode-se mencionar que manter um exército forte também seria uma estratégia para se manter uma efetiva estabilidade na

sociedade, já que Maquiavel acreditava que um exército forte é essencial para proteger o Estado de ameaças externas. Ele propõe que os governantes invistam pesadamente na manutenção de um exército bem treinado e equipado.

Por fim, em se tratando das estratégias para que o governante consiga manter certa estabilidade política e social, Maquiavel acreditava que a corrupção é um dos principais fatores de instabilidade política, devendo o governante atentar para casos de corrupção. Ele propõe que os governantes sejam honestos e transparentes em seus negócios e que punam severamente a corrupção.

Assim, o Estado deve ser guiado por um governante astuto e pragmático, que saiba utilizar de todos os meios necessários para alcançar os objetivos, mesmo que isso implique, eventualmente ou não, ações moralmente questionáveis por parte de tal governante.

Maquiavel viveu em um período de grande instabilidade política na Itália, com frequentes guerras e conflitos internos. Ele observou que os governantes que mais se saíram bem eram aqueles que eram capazes de ser astutos e pragmáticos, e que não hesitavam em usar de meios violentos ou enganosos para alcançar seus objetivos. Ele defendia que o governante deveria ser como um lobo, isso significa que ele deve ser capaz de usar a força e a violência quando necessário e que não deve se preocupar com a moralidade de suas ações.

Para Maquiavel, o objetivo principal do governante é manter o poder e a estabilidade do Estado. Se isso exigir que ele cometa ações moralmente questionáveis, então ele deve fazê-lo.

É importante ressaltar que Maquiavel não está defendendo que o governante seja necessariamente cruel ou desumano. Ele apenas argumenta que o governante deve ser realista e pragmático, e que não deve se deixar levar por princípios morais que podem prejudicar o Estado.

Portanto, é iniciada, de certa forma, uma nova ética para a política, pautada nas atitudes individuais que se orientam por virtudes humanas e não teológicas. Adotando agora uma abordagem científica descritiva, o autor desiste, portanto, dos aspectos transcendentais em prol do "ser", da essência intrínseca da natureza humana, da vivência e da virtude técnica em vez da ética.

A abordagem científica descritiva de Maquiavel é uma abordagem que busca descrever o mundo real da política, sem fazer julgamentos morais sobre ele. Maquiavel acreditava que a política é uma ciência e que deve ser estudada da mesma forma que qualquer outra ciência.

Para o autor, o objetivo da ciência política é entender como o mundo político funciona. Ele acreditava que, para entender a política, é necessário estudar a história, a psicologia humana e as instituições políticas.

A abordagem científica descritiva foi inovadora em sua época. Até então, a política era frequentemente estudada a partir de uma perspectiva moral ou religiosa. Maquiavel, por outro lado, acreditava que a política deve ser estudada de forma objetiva e neutra.

Trata-se da substituição do ato moral cristão pelo método de preservação do poder. Isso ocorre porque, segundo o pensador, a política deve operar de forma autônoma em relação à moral, uma vez que a razão que governa o Estado requer a aceitação de vícios que são proibidos pela moral cristã (Maquiavel, 2001).

O argumento de Maquiavel é baseado na premissa de que a natureza humana é egoísta e corrupta, ele acredita que os seres humanos são motivados por seus próprios interesses e que estão dispostos a fazer qualquer coisa para alcançar seus objetivos.

Ao defender a autonomia da política em relação à moral, o pensador está, na verdade, argumentando que a política deve ser baseada na realidade, e não na moral ideal. Ele acredita que os governantes devem ser realistas e pragmáticos e que devem estar preparados para fazer o que for necessário para manter o poder e a estabilidade do Estado.

Os valores morais e éticos para tal pensador podem e devem ser suspensos quando se tratar de benfeitorias à sua nação. Ele acreditava que a política seria um jogo sujo e, portanto, imoral, e que os governantes devem estar preparados para jogar de acordo com as regras do jogo. Ainda segundo ele, a moral cristã é muito idealista e não se adapta à realidade política.

Vemos claramente esta posição quando Maquiavel afirma: “Como não há tribunal onde reclamar das ações de todos os homens, e principalmente dos príncipes, o que conta por fim são os resultados” (Maquiavel, 2001, p. 85). O “príncipe”, vulgo governante, não deve ser restringido pelas considerações judiciais se o resultado desejado for benéfico para a nação.

Seguindo a abordagem política maquiavélica, o líder deve agir levando em consideração dois tipos de medos ou inseguranças, sendo um interno, relacionado aos indivíduos sujeitos ao governo, e outro externo, referente às potências vizinhas.

O medo interno é motivado pela natureza humana, que Maquiavel acreditava ser egoísta e corrupta. Os indivíduos, por natureza, estão sempre buscando seu próprio benefício, e isso pode levar a conflitos e conspirações contra o governo.

Para lidar com o medo interno, o líder maquiavélico deve ser astuto, pragmático e deve usar de todos os meios necessários para manter o controle sobre o povo, incluindo o uso da força, do terror e da propaganda.

Maquiavel argumenta que o líder deve ser cruel quando necessário, para que os indivíduos sejam intimidados e não se atrevam a desafiar o governo. Ele também deve ser imprevisível, para que os indivíduos não possam planejar uma conspiração contra ele.

O medo externo é motivado pela realidade política, que Maquiavel acreditava ser uma arena de conflitos e guerras. Os Estados estão constantemente competindo entre si por poder e território, e isso pode levar a ameaças externas contra o Estado.

Para lidar com o medo externo, o líder maquiavélico deve ser forte, assertivo e deve construir um exército poderoso para estar preparado para usar a força e defender o Estado de ameaças externas.

Maquiavel argumenta que o líder deve ser capaz de fazer alianças com outros Estados, para que possa ter apoio em caso de guerra e também deve estar preparado para agir preventivamente para evitar que outras potências se tornem uma ameaça.

É fundamental assegurar não apenas a segurança da vida das pessoas, mas também a sobrevivência do Estado, uma vez que, caso as ações não se concentrem nesses objetivos, há o risco de resultar na pior das consequências: o declínio do Estado.

Finalizando a análise do tema “Estado” pela visão de Maquiavel, cabe salientar que se passaram sessenta e um anos entre sua morte em 1527 e o nascimento do próximo pensador a ser analisado neste trabalho, Thomas Hobbes, lapso temporal este que pode ter influenciado diferenças entre o próximo analisado em relação ao primeiro sobre o tema em questão.

Hobbes e o Estado

Passamos agora a analisar o segundo pensador proposto neste trabalho, Thomas Hobbes, que nasceu em 1588 e faleceu no ano de 1679, vivendo portanto, bem como Maquiavel, uma transição de séculos e, cabe aqui salientar, que esta é uma das características que influenciaram a escolha dos três pensadores para serem discutidos neste artigo.

Hobbes foi um renomado “filósofo político” inglês que viveu durante o período da Revolução Inglesa que, em suma, foi uma guerra civil entre os seguidores do rei Carlos I da Inglaterra e o Parlamento inglês, sob a liderança de Oliver Cromwell. Ela foi iniciada em 1642, e a guerra teve seu desfecho com a execução de Carlos I em 1649 que, como consequência, resultou no fim do absolutismo nesse país e na implantação de uma monarquia parlamentar, regime no qual o rei está submetido ao parlamento.

Sua obra mais conhecida, intitulada “*Leviatã*”, é considerada de grande relevância por alguns estudiosos da área, como Leo Strauss (1899-1973), filósofo político alemão que se dedicou ao estudo dos clássicos da filosofia política, incluindo Hobbes. Strauss argumentou que Hobbes era um realista político que acreditava que o Estado era necessário para garantir a paz e a ordem.

Bem como Michael Oakeshott (1901-1990), filósofo político inglês que se dedicou ao estudo da tradição liberal e em suas análises argumentou que Hobbes era um racionalista que acreditava que o Estado deveria ser baseado em princípios racionais, mas também que o Estado deveria ser limitado pela tradição.

Em território brasileiro, podemos citar José Guilherme Merquior (1941-1991), filósofo e escritor português que se estabeleceu no Brasil, e Carlos Nelson Coutinho (1944-) que é filósofo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coutinho é um especialista em marxismo e seu livro *O Pensamento Político de Thomas Hobbes* é uma análise marxista do pensamento de Hobbes.

O livro *Leviatã* é considerado um dos principais tratados e trabalhos relacionados à filosofia política do século XVII e de toda história humana e também apresenta uma teoria do Estado que é baseada fundamentalmente no contrato social e na soberania absoluta do governante.

Neste sentido, “[...] o autor do *Leviatã*, advogava poder ilimitado ao soberano, em ambas as esferas, negando, assim, o direito de revoluções e protestos por parte da população” (Silveira, 2017, p. 51)

Para Hobbes, o Estado é uma criação artificial, fruto de um pacto entre os indivíduos de uma certa região que, em um estado de natureza pura, vivem em constante guerra de todos contra todos.

No estado de natureza pura, Hobbes descreve uma condição hipotética na qual os seres humanos existiriam na ausência de governo, leis ou autoridade central. É um estado caracterizado pelo que Hobbes chamou de “guerra de todos contra todos”. Nesse contexto, as pessoas estão em constante competição e conflito umas com as outras, devido à escassez de recursos e à busca de autodefesa.

Ele acreditava que no estado de natureza, os seres humanos seriam guiados por seus instintos naturais de autopreservação e egoísmo. Sem uma autoridade para impor regras e arbitrar disputas, a vida no estado de natureza seria solitária, brutal e curta. Também argumentava que a ausência de um poder soberano resultaria em um ambiente de insegurança e desconfiança, em que as pessoas estariam em constante perigo umas com as outras.

Portanto, o conceito de estado de natureza pura de Hobbes é fundamental para entender sua filosofia política, pois serve como base para sua justificativa do poder absoluto do Estado. Ele acreditava que a natureza humana egoísta e o estado de natureza caótico tornavam necessário um governo forte para preservar a ordem e a segurança da sociedade. Fechando este tema, também argumentava que a obediência ao poder soberano era a única maneira de evitar o caos e a violência que caracterizariam a vida sem um governo central.

Nesse contexto, os indivíduos devem decidir e abrir mão de parte de sua liberdade, seja qual for o espectro dela, e submeter-se a um poder centralizado e absoluto que garanta a paz e a segurança. O Estado para Hobbes, portanto, é e deve ser uma instituição necessária para a busca e preservação da vida e da ordem social entre os indivíduos que estão vinculados socialmente.

Assim, "O estado foi caracterizado por Hobbes como o leviatã, ou deus mortal, ao qual a sociedade devia a paz e a defesa das vidas dos seus membros" (da Silva Barreto Júnior; Cademartori, 2021). Portanto, com Hobbes, consagrou-se a anulação total ou parcial das vontades individuais em prol de uma única representação institucional, pela qual um representante ou um corpo de representantes personificavam a totalidade dos membros da sociedade. Essa abordagem ia além da simples concordância pelos indivíduos, atingindo um nível de verdadeira unidade materializada através de um amplo pacto firmado por todos os indivíduos, sem exceção. Nasceu em 1588 e faleceu no ano de 1679.

A seguir, como o intuito deste artigo é trabalhar e analisar a visão de estudiosos políticos renomados que vivenciaram viradas de séculos, é necessário um grande salto temporal de quase duzentos anos entre este recém-analisado e Max Weber, nosso próximo autor, que vivenciou a transição entre os séculos XIX e XX.

Weber e o Estado

Por fim, para finalizarmos esta parte em que tratamos sobre o Estado, passamos a analisar aquilo que Max Weber preconizava sobre o assunto.

Weber viveu entre os anos de 1864 a 1920, e, assim como os outros dois pensadores já analisados neste trabalho, foi um sociólogo e economista alemão que desenvolveu, além de outras contribuições científicas no campo sociológico, uma teoria do Estado baseada, principalmente, na dominação e na burocracia.

Neste sentido temos que:

A conceituação do assim chamado modelo burocrático de administração tem sido atribuída ao sociólogo alemão Max Weber, notadamente um dos maiores pensadores do final do século XIX e início do século XX, que problematizou as questões existentes no interior da burocracia como uma forma de organização da sua sociedade, que emergia repleta de tensões e incertezas (Lins Damasceno; Rezende Vargas; Ribeiro Guimarães Mendes, 2022).

Sua obra mais conhecida no meio científico, denominada de *Economia e Sociedade*, é considerada por estudiosos do assunto como um dos principais tratados de sociologia política do século XX, como Anthony Giddens, sociólogo britânico que considera o livro mencionado como sendo "uma das obras mais importantes da Sociologia". Jürgen Habermas, filósofo alemão, afirma que Weber "foi o primeiro a fornecer uma teoria sistemática da sociedade moderna", e Charles

Tilly, sociólogo americano, considera a obra em questão como sendo "*um dos livros mais importantes da Sociologia do século XX*".

A obra apresenta uma análise das diferentes formas de dominação e legitimação do poder político pelo Estado. "Neste cenário, o estudo que Weber realizou sobre o Estado é todo permeado, em especial, por considerações acerca da política, da história e da economia" (Maliska, 2006, p. 19).

Assim, de acordo com Weber, a semente fundamental do Estado moderno ocidental seria uma administração pautada na burocracia, e também é, segundo o mesmo, considerada a forma mais eficiente de exercício do poder pelo Estado, pois através dela "se alcança tecnicamente o máximo de rendimento em virtude de precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade" (Weber, 1991, p. 145).

Além disso, o sociólogo ressalta que o principal instrumento de vantagem da administração burocrática é o conhecimento especializado pelo Estado e seus agentes, um elemento essencial na era tecnológica e na economia da produção de bens, especialmente no sistema capitalista, em que a burocracia especializada desempenha um papel ainda mais crucial no mundo moderno. "Em outras palavras, o Estado define-se como a estrutura ou o agrupamento político que reivindica, com êxito, o monopólio do constrangimento físico legítimo" (Maliska, 2006, p. 20).

Neste sentido, "A burocracia trazia outra racionalidade, substituindo o que fora anteriormente denominado de modelo patrimonialista de gestão pública" (Lins Damasceno; Rezende Vargas; Ribeiro Guimarães Mendes, 2022). Assim, temos uma certa ruptura com as ideias antes vinculadas na esfera da sociologia e da política até então, já que passaram a ser considerados a impessoalidade e os cunhos das relações sociais. Os autores já citados neste parágrafo continuam:

Usando a estratégia metodológica weberiana do tipo ideal, o burocrata seria o sujeito que seguiria estritamente as regras estabelecidas em códigos jurídico-formais, e que, assim, teria primazia quanto à regulação das relações entre os atores sociais. Esse tipo ideal prezaria, ainda, pela impessoalidade, pela nítida separação entre público e privado, e pela especialização e formação de quadros técnicos (Lins Damasceno; Rezende Vargas; Ribeiro Guimarães Mendes, 2022).

Aproveitando o ensejo, podemos também citar o autor Luiz Carlos Bresser-Pereira que dá sua contribuição sobre o assunto da seguinte forma:

A administração pública burocrática foi adotada para substituir a administração patrimonialista, que definiu as monarquias absolutas, na qual o patrimônio público e o privado eram confundidos. [...] Esse tipo de administração revelar-se-á incompatível com o capitalismo industrial. [...] É essencial para o capitalismo a clara separação entre Estado e o mercado; a democracia só pode existir quando a sociedade civil, formada por cidadãos, distingue-se do Estado ao mesmo tempo em que o controla. Tornou-se assim necessário desenvolver um tipo de administração que partisse não apenas de clara distinção entre o público e o privado, mas também de separação entre o político e o administrador público. Surge assim a administração burocrática moderna, racional-legal (Bresser Pereira, 1996, p. 4).

Para Weber, o Estado é uma instituição que detém o monopólio da força física legítima. Isso significa que o Estado é a única instituição que pode usar a violência para garantir a ordem e a segurança no interior de seu território.

Weber identificou três tipos ideais de dominação legítima, que seriam a dominação tradicional, que é baseada no costume e na tradição. O governante é

visto como o legítimo representante de uma dinastia ou de uma ordem social tradicional. Há também a dominação carismática, que é baseada na crença na capacidade excepcional do governante. O governante é visto como um líder inspirado, que possui uma missão especial. E por fim, temos a dominação legal racional, que é baseada em leis e regulamentos. O governante é visto como o representante da lei e sua autoridade é baseada no consentimento dos cidadãos.

Weber argumenta que o Estado moderno é caracterizado pela dominação legal racional. Isso significa que o Estado moderno é baseado em leis e regulamentos e que sua autoridade é baseada no consentimento dos cidadãos.

Portanto, para finalizarmos esta parte, para Weber, o Estado é uma instituição que detém o monopólio do uso legítimo da força em um determinado território. Nesse sentido, o autor define o Estado como uma relação de dominação, na qual os governantes exercem seu poder sobre os governados através de um aparato administrativo e burocrático. O Estado, portanto, é uma entidade impessoal e racional, cuja principal função é garantir a efetiva organização da sociedade.

Perspectivas de governo, Estado e historicidades entre a tríade Maquiavel, Hobbes e Weber

Neste ponto do trabalho buscaremos apresentar e confrontar as ideias e pensamentos dos três pensadores a respeito daquilo que eles chamam de regimes de governo. Será utilizada a mesma perspectiva temporal e linha histórica já utilizada do tópico anterior, analisando primeiramente o que Maquiavel diz a respeito do tema entre os séculos XV e o XVI, seguido por Hobbes, que viveu entre os séculos XVI e XVII e finalizando com Weber nos séculos XIX e XX.

Maquiavel, renomado filósofo político italiano do século XVI, em sua obra mais influente, *O Príncipe*, discute vários aspectos do poder e da política, incluindo diferentes regimes de governo.

Podemos citar que, na obra em evidência, temos que em relação à natureza do poder político, Maquiavel argumenta que tal poder é um meio para um fim e que a finalidade do poder é a manutenção do próprio poder. Isso contrasta com a visão tradicional da época de que o poder político é um meio para um fim maior, como o bem-estar da população. Além disso, o autor argumenta que a força é mais importante que a lei na política, contrastando com a visão tradicionalmente difundida de que a lei é a base da autoridade política.

Seguindo a análise de aspectos presentes na obra, Maquiavel alega que os governantes devem ser sábios e fortes, e também argumenta que a legitimidade de um regime de governo é determinada por sua capacidade de manter a ordem e a segurança.

Maquiavel acreditava que os regimes de governo podiam ser classificados em três tipos principais: monarquia, república e principado. Cada um desses regimes possui características distintas e apresenta desafios e benefícios específicos.

No que diz respeito aos regimes de governo, Maquiavel não apresenta uma tipologia específica, mas analisa as diferentes formas de governo existentes em sua época, como a monarquia, a república e o principado. O autor defende que cada forma de governo possui suas vantagens e desvantagens, e que a escolha do regime mais adequado deve levar em consideração as características específicas de cada sociedade e as circunstâncias históricas.

A monarquia é um regime governado por um único indivíduo, geralmente um rei ou uma rainha. Maquiavel via a monarquia como uma forma estável de governo, desde que o monarca fosse sábio e justo em suas decisões. Ele argumentou que a estabilidade da monarquia se baseia na autoridade inquestionável do monarca e na lealdade dos súditos. No entanto, Maquiavel também alertou para os perigos da monarquia despótica, em que o monarca age apenas em benefício próprio, sem considerar o bem-estar do povo.

A república, por sua vez, é um regime em que o poder é compartilhado entre várias pessoas. Maquiavel via a república como uma forma superior de governo, na medida em que promovia o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões políticas. Ele argumentava que uma república bem organizada é capaz de garantir a liberdade e a estabilidade política.

Maquiavel defendia que a república é a forma de governo mais justa, pois permite que o povo tenha voz no governo e que os governantes sejam responsabilizados por seus atos. Além disso, por ser uma forma de governo capaz de permitir que o governo seja mais flexível e adaptável às mudanças, ele acreditava que a república seria a forma de governo mais eficaz.

É reconhecido pelo autor que a república é uma forma de governo mais difícil de manter do que a monarquia ou a aristocracia, isso porque a república depende da participação ativa dos cidadãos e da manutenção de um equilíbrio de poder entre as diferentes classes sociais.

No entanto, Maquiavel argumentava que os benefícios da república valem o esforço. Ele acreditava que a república é a forma de governo mais capaz de garantir a liberdade e a prosperidade dos cidadãos.

Alguns dos principais argumentos de Maquiavel a favor da república seriam que a república é a forma de governo mais justa, por permitir que o povo tenha voz no governo e que os governantes sejam responsabilizados por seus atos, que é a forma mais eficaz, visto que a república permite que o governo seja mais flexível e adaptável às mudanças e, por fim, a república é a forma de governo mais estável, já que é baseada na participação do povo e na divisão do poder, o que dificulta a tomada de poder por um indivíduo ou grupo autoritário.

Apesar de todos os argumentos a favor, Maquiavel reconhecia que as repúblicas poderiam ser vulneráveis a divisões internas e a disputas de poder entre facções.

Para Maquiavel, a monarquia, a aristocracia e o governo popular, por si só, não são regimes suficientemente rígidos ao ponto de garantir toda a segurança das leis e a liberdade dos cidadãos. Essas formas de governo são consideradas voláteis e tendem a degenerar rapidamente em formas corruptas, como o despotismo, a oligarquia e a permissividade.

A monarquia é uma forma de governo que concentra o poder em uma única pessoa, o rei. Segundo o autor, isso pode levar a abusos de poder, pois o rei pode se tornar arrogante e tirano com tamanho domínio. Além disso, a morte ou a incapacidade do rei pode levar a uma guerra civil, já que em sociedades, quase sempre, existem diferentes grupos políticos disputando o poder.

A aristocracia é uma forma de governo que concentra o poder em um grupo pequeno de pessoas, os aristocratas, e isso pode levar a conflitos entre os diferentes grupos aristocráticos existentes na sociedade em questão, pois cada um deles buscaria aumentar seu poder e influência entre os demais grupos e sociedade, ademais, a aristocracia pode se tornar corrupta, pois os aristocratas podem usar seu poder para enriquecer a si mesmos e seus aliados.

O governo popular é uma forma de governo que concentra o poder no povo. O problema seria que o povo pode ser facilmente manipulado por demagogos ou facções políticas, o que pode levar à instabilidade social e política. Além do citado no parágrafo, é possível salientar que o governo popular pode ser ineficaz, visto que pode ser difícil tomar decisões quando há muitos interesses conflitantes envolvidos.

Assim, o autor defende a necessidade de um regime que combine e incorpore as características das formas simples de governo, resultando em um sistema estável que, segundo ele, seria a república (Maquiavel, 2001).

O terceiro tipo de regime mencionado por Maquiavel em suas obras é o principado. Ele descreve o principado como um governo em que o poder é mantido por um príncipe ou líder político. Maquiavel discute duas formas de principado: o principado hereditário, em que o poder é transmitido por linhagem familiar, e o principado novo, que é conquistado por um líder através de meios políticos ou militares.

Maquiavel fornece conselhos específicos para um príncipe que busca manter e fortalecer seu principado, enfatizando a importância do equilíbrio entre o amor e o medo por parte dos súditos.

Em seu livro *O Príncipe*, o autor oferece uma série de conselhos ao príncipe que deseja manter seu poder e governar com sucesso, conselhos que são baseados na experiência de Maquiavel na política e no seu entendimento da natureza humana.

Um dos conselhos mais importantes de Maquiavel é que o príncipe deve ser um homem de *virtù*, termo italiano que pode ser traduzido como "virtude", "força" ou "capacidade". Para ele, a *virtù* é uma combinação de qualidades morais e políticas que permitem ao príncipe governar com eficácia.

As qualidades morais que Maquiavel recomenda ao príncipe incluem a prudência, ou seja, o príncipe deve ser capaz de avaliar as situações e tomar decisões sábias; a coragem, isto é, o príncipe deve estar disposto a enfrentar os perigos e defender seus interesses; a justiça, que estabelece que o príncipe deve governar de acordo com a lei e a moral; e, por fim, a humanidade, ou seja, o príncipe deve tratar seus súditos com compaixão e benevolência.

Já em relação às qualidades políticas que Maquiavel recomenda ao príncipe, incluem a energia, pois o príncipe deve ser capaz de agir rapidamente e com determinação, a audácia, já que deve estar disposto a assumir riscos e tomar decisões arriscadas, o discernimento, ou seja, o príncipe deve ser capaz de ver através das aparências e perceber a verdade e, também, deve ter a moral flexível e assim ser capaz de adaptar sua moral às circunstâncias, melhor dizendo, deve estar disposto a fazer o que for necessário para manter seu poder.

Outro conselho importante de Maquiavel é que o príncipe deve estar preparado para usar a força, se necessário, pois ele acreditava que a força é um instrumento essencial da política e que o príncipe deve estar disposto a usá-la para defender seus interesses.

O autor também recomenda que o príncipe busque a aliança com os poderosos e que evite fazer inimigos, também seja humilde, mas não servil, que seja generoso, mas não ingênuo.

Os conselhos de Maquiavel foram controversos desde sua publicação. Alguns críticos o acusaram de ser um defensor do absolutismo e do autoritarismo, porém, pode haver outros que argumentaram que ele simplesmente estava descrevendo a realidade da política, sem necessariamente endossar suas práticas.

Embora Maquiavel tenha apresentado os três tipos de regime de governo citados, ele não defendeu um nível que estabeleça qual sistema político específico como sendo o melhor. Seu foco principal era a aquisição e a manutenção do poder, independentemente do tipo de regime.

Passando para o próximo pensador a ser analisado, temos Thomas Hobbes, um dos principais filósofos políticos do século XVII, que desenvolveu sua teoria do contrato social para explicar a origem e a natureza do governo. Segundo Hobbes, a humanidade vive em um estado de natureza, um estado pré-social no qual não há autoridade central e as pessoas competem entre si em busca de poder e recursos. Existiria assim um princípio intrínseco aos seres vivos que guia suas ações e reações, que Hobbes chamou de *conatus*, ou “desejo”.

Para Thomas Hobbes, o *conatus*, ou desejo, é o princípio fundamental da ação humana. É uma força natural que impulsiona os seres humanos a buscar o que acreditam ser bom para si.

Ele acreditava que o *conatus* é um impulso egoísta, motivado pelo desejo de autopreservação e, sendo assim, os seres humanos são naturalmente competitivos e violentos, estando constantemente em busca de recursos para atender às suas necessidades. Essa competição, por sua vez, leva a um estado de guerra natural no qual todos estão em conflito com todos.

O *conatus* é, portanto, a fonte da condição existencial mendicante dos seres humanos. Os seres humanos são mendicantes porque estão sempre em busca de algo que lhes falta, seja comida, abrigo, segurança ou poder. Essa busca incessante é um produto do *conatus*, que é um impulso inescapável.

Segundo Hobbes, a única maneira de escapar desse estado de guerra natural é através da constituição de um Estado soberano que deve ter o poder de impor a paz, a ordem e a proteção dos direitos individuais. O Estado soberano é, por conseguinte, uma necessidade para a sobrevivência dos seres humanos.

Para escapar desse estado de guerra constante, as pessoas voluntariamente devem concordar em estabelecer um governo soberano através de um contrato social.

Thomas Hobbes apenas acreditava ser necessário um governo forte o suficiente para conseguir controlar os desejos e o movimento dos indivíduos em sociedade. Apesar de deixar evidente que a forma ou o regime de governo não são relevantes ao debate, visto que este, sendo forte, já bastaria, de acordo com o autor, o tipo de regime de governo mais eficaz para garantir a paz e a ordem seria um governo absolutista ou autocrático, no qual todo o poder é concentrado nas mãos de um soberano.

Ele acreditava que somente um soberano com autoridade absoluta e poder coercitivo poderia impor a ordem, proteger os direitos dos cidadãos e evitar conflitos constantes. O Estado soberano seria uma entidade que detém o monopólio da força e seria o responsável por impor a lei e a ordem na sociedade.

O soberano deve ter poder absoluto, ou seja, não deve estar sujeito a nenhum controle ou limite. Sem um Estado soberano os indivíduos seriam constantemente ameaçados por outros indivíduos e, assim, o Estado soberano seria o responsável por proteger os cidadãos de violências, roubos e outros crimes presentes em organismos sociais.

Para evidenciar a posição do autor sobre esta questão, podemos apresentar alguns argumentos em favor de um Estado soberano com autoridade absoluta. O fato de a natureza humana ser egoísta e competitiva, assim, sem um Estado soberano, os indivíduos seriam constantemente ameaçados por outros indivíduos.

O Estado soberano seria necessário para proteger os direitos dos cidadãos, já que os indivíduos seriam constantemente ameaçados por violência e demais crimes. É necessário um Estado soberano para garantir a paz e a ordem e assim evitar que os indivíduos vivam em um estado de guerra permanente.

Para Hobbes, o papel do soberano é garantir a segurança e a estabilidade da sociedade. O soberano tem autoridade ilimitada para fazer e aplicar leis, decidir questões judiciais e controlar as instituições governamentais. Ele defendia que o soberano também tinha o direito de regular a religião e a moralidade, pois a unidade religiosa era considerada essencial para a coesão social.

Hobbes justificava a necessidade de um governo absoluto baseando-se na ideia de que a ordem e a estabilidade são mais importantes do que a liberdade individual. Ele argumentava que, no estado de natureza, a vida era "solitária, pobre, sórdida, brutal e curta", e que apenas um governo forte poderia proteger, através do poder coercitivo, as pessoas dessas condições. Ele via a obediência dos súditos ao soberano como um compromisso necessário para alcançar a paz e a segurança.

A teoria de Hobbes sobre o Estado soberano pode ser considerada controversa, visto que a teoria poderia ser considerada pessimista demais sobre a natureza humana ou que a teoria poderia ser perigosa, pois pode levar uma sociedade a um Estado autoritário.

É importante ressaltar que as ideias de Hobbes sobre o governo absolutista refletem o contexto histórico em que ele viveu. Ele presenciou as guerras civis e religiosas que assolaram a Europa na época, e sua teoria buscava fornecer uma solução para esses conflitos. No entanto, suas visões foram contestadas por outros filósofos políticos, como John Locke, que defendia a limitação do poder do governo e a proteção dos direitos individuais.

Cabe aqui salientar algumas aproximações e repulsões entre os renomados filósofos John Locke, citado no parágrafo anterior, e Thomas Hobbes, um dos estudiosos referenciados neste trabalho.

Em termos de aproximação entre os pensadores, podemos citar que ambos eram filósofos políticos contratualistas, ou seja, acreditavam que o Estado deriva do consentimento dos governados. Além disso, acreditavam que o Estado é necessário para proteger os direitos naturais dos indivíduos e que o governo deve ser limitado para evitar o abuso de poder.

No entanto, eles também tinham diferenças significativas em suas teorias políticas. As principais diferenças entre Hobbes e Locke estão relacionadas à natureza humana e ao papel do Estado.

Hobbes acreditava que a natureza humana é egoísta e competitiva, ou seja, os seres humanos são naturalmente inclinados à violência e à guerra. Em seu livro *Leviatã*, Hobbes descreve um estado de natureza, no qual todos os homens são livres para fazer o que quiserem, sem restrições. Nesse estado, a vida é "solitária, pobre, miserável, brutal e curta". Para ele, a única maneira de escapar desse estado de guerra é através da constituição de um Estado soberano. O soberano deve ter poder pleno e não deve estar sujeito a nenhuma rédea ou fronteira.

Locke, por outro lado, acreditava que a natureza humana é racional e sociável. Para ele, os seres humanos são naturalmente inclinados à paz e à cooperação. Em seu livro *Dois Tratados sobre o Governo Civil*, Locke descreve um estado de natureza no qual os indivíduos são livres e iguais. Nesse estado, os indivíduos possuem direitos naturais como o direito à vida, à liberdade e à propriedade. Para o filósofo, o Estado é necessário para proteger esses direitos

naturais. No entanto, o Estado deve ser limitado pela lei e pela constituição para evitar o abuso de poder.

Voltado à análise de Hobbes, em suma, ele acreditava que o regime de governo adequado para alcançar a paz e a ordem era um governo absolutista, no qual um soberano detém todo o poder político. Embora suas ideias tenham sido influentes na época, a concepção moderna de governança e direitos individuais evoluiu significativamente desde então, com abordagens mais amplas, como a democracia liberal, que valoriza a participação popular, a separação de poderes e a proteção dos direitos humanos.

Passamos agora, por fim, a analisar as visões de Max Weber, sociólogo alemão do século XIX e XX, que tinha uma perspectiva um pouco diferente sobre o estado e o governo.

Ele desenvolveu a teoria da dominação legítima, na qual discutiu os três tipos de dominação, a tradicional, a carismática e a legal racional. Weber acreditava que o estado moderno era caracterizado pela dominação legal racional, em que o poder é exercido por meio de leis e instituições burocráticas. Neste contexto, temos que “Weber em suas obras procurou formular categorias gerais que pudessem ser aplicadas a todos os períodos históricos. Um dos conceitos chave da sociologia weberiana é o de dominação [...]” (Quaresma, [2009], p. 99).

Ele enfatizava a importância da racionalidade, da eficiência e da legalidade no governo. Para Weber, o governo ideal era aquele baseado em regras claras e na divisão de poderes, garantindo a igualdade perante a lei. Neste aspecto, Quaresma indica que:

Segundo nosso autor, para que um Estado exista é necessário que um conjunto de pessoas obedeça à autoridade alegada pelos detentores do poder no referido Estado e por outro lado, para que os dominados obedeçam é necessário que os detentores do poder possuam uma autoridade reconhecida como legítima. Dessa forma, observamos que para Weber existem dois elementos essenciais que constituem o Estado: a autoridade e a legitimidade (Quaresma, [2009], p. 99).

Embora Weber tenha se concentrado principalmente na análise da burocracia e do Estado moderno, ele também discutiu diferentes tipos de regimes de governos. Passaremos a analisar aqui alguns dos conceitos-chave de Weber relacionados aos regimes de governo. Em relação ao termo “dominação”, temos que o autor afirma no volume dois de sua obra *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva* que:

“Por ‘dominação’ compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (‘mandado’) do ‘dominador’ ou dos ‘dominadores’ quer influenciar as ações de outras pessoas (do ‘dominado’ ou dos ‘dominados’), e de fato as influencia de tal modo que estas ações num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (‘obediência’)” (Weber, 1999, p. 191).

Primeiramente, podemos citar a *dominação* legal racional que, segundo Weber, destaca-se pela forma mais eficiente e típica de dominação na sociedade moderna. Nesse tipo de regime, a autoridade é exercida com base em leis e regras formais e racionais, e os indivíduos são governados por instituições burocráticas. O Estado burocrático é considerado o modelo ideal desse tipo de regime. Segundo Weber, temos que:

Neste caso, o portador individual do poder de mando está legitimado por aquele sistema de regras racionais, sendo seu poder legítimo, na medida em que é exercido de acordo com aquelas regras (...). Quando a ação social de uma formação de dominação se baseia numa relação associativa racional, encontra seu tipo específico na “burocracia” (Weber, 1999, p. 198).

Ainda neste contexto, vinculado ao racional-legal, fica evidente tal dominação presente em sistemas “burocráticos”, como podemos encontrar no trecho: “A concretização mais pura desse tipo de dominação é a chamada administração burocrática em que desaparece totalmente a relação servil entre o soberano e o funcionário que, neste caso, é pessoalmente livre” (Ramos, 2014, p. 273).

Passando-se a analisar a *dominação tradicional*, Weber também observou que, em muitas sociedades, especialmente nas mais tradicionais, a dominação é exercida com base em tradições, costumes e sistemas de autoridade hereditária. Temos que:

Aqui não se conhece a regra ou norma objetiva e racional, nem pode haver uma criação deliberada de estatutos jurídicos e administrativos. Os dominados devem obediência à pessoa do soberano, do qual são “servidores”, o conceito de “funcionário” sendo mais próprio para os profissionais da burocracia (Ramos, 2014, p. 273).

Nesse tipo de regime, a autoridade é passada de geração em geração, e o governante é considerado legítimo devido à sua posição de nascimento ou linhagem. Para Weber, “esta pode encontrar seu fundamento na tradição sagrada, isto é, no habitual, no que tem sido assim desde sempre, *tradição* que prescreve obediência diante de determinadas pessoas [...]” (Weber, 1999, p. 198).

Mais a seguir, na mesma obra, ele expressa que “ a ação social, numa situação vinculada a relações de autoridade tradicionais, está tipicamente representada pelo ‘patriarcalismo’” (Weber, 1999, p. 198). Por mais que não seja somente o patriarcado presente nessas relações, em certas sociedades é o que impera, é uma forma de dominação que se baseia na crença em normas e valores tradicionais.

Weber também argumentava que o patriarcado é uma forma de dominação comum em muitas sociedades, incluindo a Europa medieval e a China imperial. No entanto, ele também acreditava que o patriarcado estava em declínio na sociedade moderna, à medida que as mulheres ganhavam mais direitos e oportunidades.

Weber acreditava que o patriarcado poderia ter um impacto negativo na sociedade, pois poderia levar à discriminação e à opressão das mulheres, e que a igualdade de gênero era essencial para uma sociedade justa e democrática.

Por fim, podemos discorrer sobre a *dominação carismática*, que para Weber refere-se à situação em que a autoridade é exercida com base no carisma pessoal do líder. Ele se difere dos demais, visto que, segundo o autor:

O poder do carisma, ao contrário, fundamenta-se na fé em revelações e heróis, na convicção emocional da importância e do valor de uma manifestação de natureza religiosa, ética, artística, científica, política ou de outra qualquer, no heroísmo da ascese, da guerra da sabedoria judicial, do dom mágico ou de outro tipo (Weber, 1999, p. 327).

Esse tipo de dominação é caracterizado pela devoção e pela lealdade dos seguidores em relação ao líder carismático, que é considerado especial e excepcional. A legitimidade do governo é baseada na crença dos seguidores no poder extraordinário do líder. Neste sentido ainda temos que:

O carisma é uma qualidade extraordinária, extracotidiana, sobrenatural que se reconhece numa personalidade a cujo poder se adere inquestionavelmente, em razão mesma de sua virtude. A dominação carismática é, portanto, livre de qualquer subordinação, seja à tradição, seja a normas racionais. O carisma é uma força antitradicional e anti-racional. Na dominação carismática, não há nenhuma noção de jurisdição hierárquica ou de competência. Em lugar de um quadro administrativo, existem os “discípulos”, o “séquito”, “os homens de confiança” (Ramos, 2014, p. 274).

Weber definiu a dominação carismática como "a crença na qualidade sobrenatural, heroica ou divina de uma pessoa, e na sua missão especial para levar os seguidores a uma nova forma de vida". Os líderes carismáticos são frequentemente caracterizados por suas qualidades pessoais como carisma, liderança, visão e capacidade de inspirar os outros. Eles podem ser políticos, religiosos, militares ou líderes de qualquer outra área.

A dominação carismática é uma forma de dominação forte e eficaz, pois os seguidores são leais e devotados ao líder carismático, no entanto, ela também é uma forma de dominação instável, pois o líder carismático pode morrer, perder sua popularidade ou ser deposto.

Weber identificou dois tipos de dominação carismática, sendo a dominação carismática individual e a dominação carismática institucionalizada.

A dominação carismática individual é a forma mais pura de dominação carismática, em que o líder carismático é o único detentor da autoridade e sua autoridade é baseada em sua própria personalidade e carisma. Já a dominação carismática institucionalizada é uma forma de dominação carismática que é formalizada e institucionalizada, ou seja, o líder carismático é substituído por um sucessor legítimo e a autoridade é transmitida de uma geração para outra.

A dominação carismática também é importante na sociedade moderna. Exemplos de dominação carismática na sociedade moderna incluem líderes religiosos, políticos, celebridades e líderes de movimentos sociais. Tal dominação é um fenômeno comum na história. Exemplos de líderes carismáticos incluem Jesus Cristo, Buda, Moisés, Gandhi, Martin Luther King Jr. e Adolf Hitler.

Weber argumentava que os três tipos de dominação são formas legítimas de poder, pois são aceitas pelos dominados. No entanto, ele também argumentava que cada tipo de dominação tem seus próprios pontos fortes e fracos.

O patriarcado, por exemplo, é um tipo de dominação estável e eficiente, mas pode ser rígido e opressivo. Já a dominação legal é um tipo de dominação justa e imparcial, entretanto, pode ser burocrática e ineficiente. Por fim, a dominação carismática é um tipo de dominação inspiradora e inovadora, porém pode ser instável e imprevisível.

Weber acreditava que a sociedade moderna é caracterizada pela predominância da dominação legal. No entanto, ele também acreditava que os outros dois tipos de dominação ainda são importantes em certas esferas da sociedade, como a família e a religião.

É importante notar que Weber reconhecia que esses tipos ideais não são encontrados de forma pura na realidade. Na prática, os regimes de governo são

frequentemente uma combinação de características de dominação legal racional, tradicional e carismática, embora um tipo possa predominar sobre os outros.

Weber também enfatizou que a análise dos regimes de governo deve levar em consideração os contextos culturais e históricos específicos de cada sociedade. Ele acreditava que não existe um modelo único de governo que seja adequado para todas as sociedades.

O pensador argumentava que as instituições políticas são moldadas por fatores culturais e históricos, como as crenças religiosas, os valores sociais e as experiências históricas de uma sociedade. Por exemplo, um regime democrático pode ser mais ou menos estável dependendo do grau de consenso social sobre a democracia.

Ele também argumentava que a análise dos regimes de governo deve ser contextualizada no tempo. As instituições políticas podem mudar ao longo do tempo, à medida que as sociedades evoluem. Por exemplo, um regime que era democrático no passado pode se tornar autoritário no presente.

A ênfase de Weber nos contextos cultural e histórico é importante para a análise dos regimes de governo e ela nos lembra que não devemos generalizar sobre os regimes políticos, pois eles são complexos e variam de acordo com as circunstâncias específicas de cada sociedade.

Conclusão, panorama geral e revisão crítica

A revisão de literatura realizada neste ensaio permitiu traçar um panorama das principais abordagens, contribuições e desafios encontrados na investigação científica sobre o tema. A revisão de literatura é uma etapa fundamental no processo de investigação científica, pois permite ao pesquisador compreender o estado do tema em estudo e identificar lacunas no conhecimento existente.

Através da análise crítica das publicações relevantes, o pesquisador pode estabelecer a relevância e a originalidade de sua pesquisa, bem como fundamentar suas hipóteses e metodologias. Neste ensaio, apresentamos uma revisão de literatura abordando os principais conceitos, teorias e resultados empíricos relacionados ao tema em questão.

Após o levantamento literário, como as obras dos próprios pensadores analisados *O Príncipe* de Maquiavel, *Leviatã*, de Thomas Hobbes, e *Economia e Sociedade*, de Max Weber, além de artigos científicos publicados em periódico recentemente, como “*Os contratualistas e a formação do estado moderno*” de Sérgio Urqhart de Cademartori e Williem da Silva Barreto Júnior, publicado na *Revista Vertentes do Direito* no ano de 2021 e também “*O programa nacional de formação de professores (PARFOR) no contexto da racionalidade do estado moderno: diálogos entre as teorias de Max Weber e de Bresser-Pereira*” de Lorena Lins Damasceno, Adriana Rezende Vargas e Daniela Ribeiro Guimarães Mendes publicado no periódico *Revista Exitus* no ano de 2022, propõe agora uma reflexão sobre os temas aqui abordados a fim de estabelecer possíveis paralelos entre os pensadores e suas teorias, bem como choques de ideias.

Os artigos científicos de revisão crítica, como o proposto aqui, são um tipo de publicação que busca apresentar uma análise de um tema específico, neste caso a criação do Estado e dos regimes de governo, discutindo as principais teorias, métodos e pesquisas existentes.

Um dos principais impactos deste artigo científico de revisão crítica é a produção de conhecimento. Ao analisar e sintetizar as pesquisas existentes, este

artigo busca fornecer uma visão geral atualizada do estado do tema em voga. Isso pode ajudar os pesquisadores a identificar novas lacunas de conhecimento e a desenvolver novas pesquisas.

Além disso, o artigo científico de revisão crítica pode contribuir para a compreensão de fenômenos sociais. Ao discutir as principais teorias e métodos, eles podem ajudar a esclarecer as causas e os efeitos de fenômenos sociais complexos, e isso pode ser útil para o desenvolvimento de políticas públicas e para a tomada de decisões informadas.

Finalmente, o presente artigo pode promover o debate e a discussão. Ao apresentar diferentes perspectivas sobre um tema, ele pode estimular o diálogo e a troca de ideias entre os pesquisadores e isso pode contribuir para o desenvolvimento de novas teorias e métodos.

É importante ressaltar que o impacto de um artigo científico de revisão crítica não é necessariamente imediato. Muitas vezes, os artigos desse tipo contribuem para o avanço da disciplina de forma gradual, à medida que são citados e discutidos por outros pesquisadores.

No entanto, os artigos científicos de revisão crítica são uma ferramenta importante, principalmente para a esfera acadêmica. Eles podem contribuir para a produção de conhecimento, para a compreensão de fenômenos sociais e para o debate e a discussão.

Maquiavel, Hobbes e Weber são considerados, pela comunidade científica e acadêmica das ciências sociais, três importantes pensadores políticos que contribuíram de forma bastante significativa para a compreensão de todo o sistema político das sociedades e do poder em suas respectivas épocas. Embora tenham vivido em diferentes períodos históricos, vivendo a transição de séculos, suas ideias têm semelhanças e diferenças que podem ser caracterizadas, no mínimo, interessantes.

Sobre Niccolò Machiavelli (1469-1527), podemos salientar que foi um filósofo político italiano do Renascimento, conhecido principalmente por sua obra *O Príncipe*. Maquiavel rompeu com a tradição medieval de pensar na política como um exercício moral e enfatizou a realidade política, buscando entender o poder e a ação política com base na observação do comportamento humano. Ele argumentou que os líderes políticos devem ser pragmáticos e utilizar qualquer meio necessário para manter e expandir seu poder. A famosa expressão "os fins justificam os meios" é frequentemente associada a Maquiavel, destacando sua visão realista e utilitária da política.

Maquiavel pode ser criticado por sua visão cínica e amoral da política. Sua defesa do uso de meios imorais para fins políticos tem sido considerada problemática e contrária a princípios éticos fundamentais. Além disso, alguns argumentam que sua ênfase no poder e na estabilidade política pode levar a uma negligência dos direitos humanos e da justiça social.

Thomas Hobbes (1588-1679), por sua vez, foi um físico e filósofo político inglês que viveu durante o período da Revolução Inglesa. Sua obra mais conhecida é *Leviatã*. Hobbes acreditava que os seres humanos são naturalmente egoístas e competitivos, e que o estado natural da humanidade é marcado pelo conflito. Para evitar o caos e a guerra de todos contra todos, ele argumentou que as pessoas devem abrir mão de suas liberdades individuais em favor de um governo forte e centralizado. Hobbes defendeu um contrato social em que os indivíduos transferem seu poder para um soberano absoluto, que garante a paz e a ordem.

Hobbes também tem suas críticas. Sua visão pessimista da natureza humana como egoísta e competitiva é contestada por muitos que argumentam que os seres humanos também têm capacidade para a cooperação e o altruísmo. A ideia de um governo absoluto pode ser considerada autoritária e pode levantar preocupações sobre a opressão e a falta de liberdade individual.

Por último, Max Weber (1864-1920) foi um sociólogo e cientista político alemão. Sua obra mais importante é *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Weber estava interessado nas relações entre a economia, a religião e a política. Ele argumentou que o desenvolvimento do capitalismo moderno estava relacionado à ética protestante, particularmente à doutrina da predestinação. Weber também desenvolveu o conceito de "ação social", destacando a importância das motivações e intenções dos indivíduos na análise da ação política. Ele explorou os diferentes tipos de autoridade (tradicional, carismática e legal racional) e suas implicações para a política e a sociedade.

Weber, embora amplamente respeitado, também pode receber críticas. Podemos citar que algumas críticas destacam que a definição de Estado elaborada por Weber é muito ampla e pode ser aplicada a uma variedade de instituições, incluindo organizações criminosas. Outras críticas apontam que a classificação dos regimes de governos pensada por Weber poderia não refletir a complexidade da realidade política. Além disso, seu foco na ação individual pode negligenciar a importância das estruturas sociais e das condições econômicas na política.

Apesar dessas críticas, o pensamento de Weber sobre o Estado e regimes de governos continua a ser uma referência importante para a sociologia. Seu trabalho fornece uma base sólida para o estudo dessas instituições e continua a ser relevante para a compreensão da política contemporânea.

O pensamento de Weber também é importante porque é crítico. Weber reconhece o potencial do Estado para o abuso de poder. Essa crítica é relevante para a compreensão da política contemporânea, pois o Estado continua a ser uma instituição poderosa que pode ser usada para fins positivos ou negativos.

É importante reconhecer que essas críticas não invalidam completamente as contribuições desses pensadores. Suas obras ainda são estudadas e debatidas, pois oferecem estudos valiosos sobre a política e o poder. No entanto, é essencial analisar criticamente suas perspectivas, considerando as limitações e as críticas levantadas por outros estudiosos e teóricos políticos ao longo do tempo.

Em suma, Maquiavel, Hobbes e Weber oferecem diferentes perspectivas sobre a política e o poder, cada um com suas próprias contribuições e críticas. Estudar e analisar esses pensadores permite um entendimento mais aprofundado das questões políticas e uma base para o debate contemporâneo.

Referências bibliográficas

DA SILVA BARRETO JÚNIOR, W.; CADEMARTORI, S. U. D. Os Contratualistas e a formação do Estado Moderno. **Revista Vertentes do Direito**, v. 8, n. 2, p. 221–240, 25 nov. 2021.

LINS DAMASCENO, L.; REZENDE VARGAS, A.; RIBEIRO GUIMARÃES MENDES, D. O programa nacional de formação de professores (parfor) no contexto da racionalidade do estado moderno: diálogos entre as teorias de Max Weber e de Bresser-Pereira. **Revista Exitus**, v. 12, p. e022014, jan., 2022.

MALISKA, M. A. Max Weber e o Estado Racional Moderno. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, dez., 2006.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Trad. M. J. Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

QUARESMA, S. J. L. Estado e dominação nos pressupostos de Marx, Weber e Durkheim, [2009].

QUINTANA, F. **A Ética do Príncipe e do Cidadão**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2011.

RAMOS, G. A sociologia de Max Weber. **Revista do Serviço Público**, v. 57, n. 2, p. 267-282, fev., 2014.

SILVEIRA, D. S. Hobbes e Locke: Estado de natureza e Estado Civil. **Revista O Manguezal**. v. 1, n. 1, 2017.

WEBER, M. Os Tipos de Dominação. *In*: WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Volume 1. Brasília: Editora da UnB, 1991, p. 139-167.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos de sociologia compreensiva. Brasília: Unb, 1999, v. 2.

Recebido em: 01/2024
Aprovado em: 04/2024